

ACTA N.º 10

Acta da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 24 de Abril de 2003.

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e três reuniu, na Casa Museu dos Patudos, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Maria Felicia Prudêncio Gameiro, Sónia Isabel Sanfona Mendes, Paulo Francisco Espírito Santo, Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, Manuel Luís Cruz Bárbara, Anabela Leal Agostinho da Silva, Teresa Isabel Claudino de Freitas, Maria Leonor Tendeiro Ribeiro, Ricardo Manuel Arranzeiro Hipólito, João Abílio Mourato Rosa, Cláudia Cristina Favas Rodrigues, António Jesus Milheiriço, António da Conceição Moreira e Vitória Maria Lopes de Faria Brito.

Ausentes os eleitos Carlos Jorge Duarte Pereira, Isabel Maria Fernandes Coelho e Maria Graciete Costa de Brito, por terem pedido suspensão de mandato, esteve também ausente o eleito Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar.

A mesa foi constituída pela sua Presidente Vera Lúcia Santos Noronha. Foi iniciada a sessão cerca das vinte e três horas.

Tomou a palavra a Presidente da Assembleia para tecer algumas considerações alusivas ao 25 de Abril, nomeadamente sobre as intervenções a serem lidas ao público, sendo a primeira a Presidente da Assembleia Municipal, a duas seguintes dos representantes dos Partidos Políticos com assento nesta Assembleia e por último a do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto único: Comemorações do 25 de Abril.

Iniciou-se este período com quatro intervenções alusivas ao 25 de Abril, a serem lidas ao público, sendo a primeira pela Presidente da Mesa, a mesma deu início ao seu discurso:

“Ex.mos Senhores Membros da Assembleia Municipal

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Senhores Membros da Assembleia de Freguesia

Ex.mo Senhor Presidente e restantes membros da Junta de Freguesia

Assembleia Municipal de Alpiarça

Caros concidadãos

Algumas palavras, para assinalar este acto solene.

Há 29 anos, restabeleceu-se a democracia em Portugal, após quase 50 anos de uma ditadura cruel, que marcou milhares de famílias portuguesas. Comemoramos hoje a madrugada libertadora de 25 de Abril de 1974.

Foi o movimento das Forças Armadas que através desse acto de bravura e sem derramamento de sangue, devolveu aos portugueses a democracia e a liberdade.

Com a revolução dos cravos foi também restituída aos portugueses, a esperança num país mais justo, mais fraterno, mais desenvolvido.

Muitos foram os que sofreram os horrores do fascismo, nas prisões e na guerra colonial.

A revolução de Abril, foi feita para dar a todos os portugueses a liberdade roubada 48 anos antes.

Do Verão de 1973 a Abril de 1974, agravaram-se as contradições na instituição militar. Em Fevereiro de 1974 era publicado o livro do general Spínola, Portugal e o Futuro. Ficou então demonstrado publicamente o conflito existente no seio do regime em torno da solução política para o problema ultramarino.

A incapacidade do regime ditatorial para encontrar uma solução política para a guerra colonial foi o factor determinante na mobilização dos jovens oficiais. O golpe militar das Caldas da Rainha, de 16 de Março de 1974, apesar de neutralizado pelas forças governamentais, funcionou como "primeiro ensaio" para a operação de derrube do regime que o Movimento preparou cuidadosamente.

Com a revolução ganha, o general Spínola reuniu-se com a Comissão Coordenadora do MFA para estudar a proclamação elaborada pelo Movimento, que, com algumas alterações, viria a ser lida por ele, em nome da Junta de Salvação Nacional, na madrugada do dia 26.

O rápido e inequívoco sucesso da revolução do dia 25 de Abril demonstra claramente a crise sem precedentes que o Estado Novo atravessava e a necessidade premente de mudar Portugal.

Com a Revolução dos Cravos, os militares de Abril recolocaram Portugal no contexto das nações livres e amantes da paz, originaram a descolonização (apesar das suas vicissitudes) e com este movimento pioneiro dos militares, foi demonstrado que as forças armadas podem ser um elemento libertador de um povo.

A 25 de Abril de 1974, o país saía do passado e libertava-se de uma ditadura com quase 50 anos. Era o fim de um longo ciclo de atraso cultural, económico e político, de uma dolorosa guerra colonial e de um enorme isolamento internacional. Com a madrugada libertadora de Abril, os portugueses reencontravam-se com a sua dignidade e Portugal reencontrava-se com o mundo.

Os cravos ficaram associados à celebração da liberdade conquistada pelo povo português com a revolução de 25 de Abril de 1974. Com eles ficou a emoção de uma data que já exprime dentro de si o pulsar de uma geração inteira que o Portugal renascido em 1974 quis que fosse a da liberdade.

E se haviam sido alguns milhares, os que arriscaram lutar contra o regime e milhões os que se conformaram, a 25 de Abril todo o país saiu à rua.

Abril é de todos sem excepção.

Passados 29 anos sobre a Revolução dos Cravos, há que reflectir sobre o que foi o 25 de Abril.

O 28 de Setembro de 1974 foi a data em que a direita perdeu ilusões de que ainda algo pudesse voltar atrás.

A esquerda militar mais radical começou a ganhar adeptos no seio do MFA. Deram-se as nacionalizações, o «verão quente» de 1975. As contradições começaram a desenhar-se cada vez mais e o Partido Socialista tomou o comando das operações no que diz respeito ao combate político contra a «ameaça» totalitária.

O comício da Alameda D. Afonso Henriques contra o novo totalitarismo, marcou o ponto alto da contestação da esquerda democrática. Formou-se o Grupo dos Nove e chegou-se à ruptura que decidiria o futuro da revolução, o 25 de Novembro de 1975, sob a direcção de Ramalho Eanes e do «grupo dos Nove» que se traduziu por uma ascendência dos moderados de esquerda no seio do MFA e o pretendido regresso dos militares aos quartéis.

Após um poder muito centralizado desde o golpe - primeiro na Junta de Salvação Nacional, depois no Conselho da Revolução, a par da Assembleia do MFA, onde se degladiaram concepções bem diferentes para o País -, o 25 de Novembro representou então a vitória do 25 de Abril e abriu uma segunda fase na implantação da democracia.

Portugal viveu após a revolução, em entusiasmo e regozijo popular até às primeiras eleições livres e democráticas e uma década de turbulência partidária e

instabilidade política. Um exaltante e conturbado processo de amadurecimento político, no qual a democracia embrionária teve que combater, e vencer, novas tentações hegemónicas e totalitárias.

Aos mais jovens, que não viveram esses tempos, podemos dizer-lhes que foi um misto de sensações variadas, com muita coisa boa e com alguns excessos.

Hoje, os jovens deste país não têm a verdadeira noção da importância do 25 de Abril, porque não sabem o que foi viver noutra regime. Ainda bem que assim é, e é aos militares de Abril que ficaremos eternamente gratos.

Muitos deles preferiram a descrição em vez da luz da ribalta, sem que isso significasse que abdicavam das suas convicções e tomadas de posição. O seu símbolo continuará a ser o capitão Salgueiro Maia e com ele, desejo uma vez mais homenagear todos os militares que tornaram possível o 25 de Abril de 1974.

Hoje vivemos em democracia.

O Poder Local Democrático, tornou-se uma realidade.

Não é de mais recordar que, o Poder Local português é, na Europa, o mais participado pelas populações, estando hoje em funções mais de 50 mil autarcas e, ao longo dos anos de democracia, já serviram o poder local, meio milhão de cidadãos, nos diferentes órgãos autárquicos.

A aplicação da Lei das Finanças Locais, bem como a Lei n.º 169/99, trouxe grandes e importantes progressos para o funcionamento dos órgãos municipais, permitindo a autonomia e a dignificação do Poder Local.

A revogação desta última, através da Lei n.º 5-A/2002, trouxe o reforço da capacidade das Assembleias Municipais, isto é, aumentou a sua autonomia, dignificando-as, tanto em competências acrescidas, como na gestão de despesas.

A Assembleia Municipal sendo o órgão deliberativo do município, tem competências importantes, no âmbito do normal funcionamento do concelho, das quais destaque, o acompanhamento e fiscalização da actividade da Câmara Municipal, pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia, aprovar a proposta de orçamento e apreciar o relatório de actividades e os documentos de prestação de contas.

Caros autarcas.

Temos por missão cumprir os desígnios do Portugal livre, participado e democrático, porque é nossa função o bem estar dos que, com o seu voto, nos legitimam

e nos responsabilizam.

A autonomia autárquica é o permanente garante da dignificação de “mais poder local” e “melhor poder local”.

Nunca é demais recordar que, com menos de 10% dos recursos financeiros do Estado e um endividamento inferior a 2% da dívida pública, os municípios asseguram cerca de 25% do investimento e 18% do emprego públicos.

Caros concidadãos.

O desenvolvimento sustentável foi um desafio, uma batalha difícil, que hoje, após 5 anos de mandato socialista na autarquia de Alpiarça, é já uma realidade. O empenho e a determinação desta maioria são o garante de que, Alpiarça é já hoje, um concelho respeitado e atractivo: uma vila tranquila, uma vida de qualidade.

Alpiarça merece ser reconhecida na região e no país; pelo seu passado, pelo valor das suas gentes, mas também pela capacidade de saber desenvolver-se harmoniosamente e com qualidade.

Infelizmente, nem sempre no passado próximo, assim foi. As acções empreendedoras ficaram muitas vezes apenas nas intenções ou nos projectos.

Há 5 anos Alpiarça disse não à estagnação e ao marasmo.

Hoje estamos no caminho do desenvolvimento desejado.

Esta alteração de política municipal, resultou de um movimento de cidadãos de diversos quadrantes políticos que uniram esforços, ultrapassaram divergências partidárias e souberam colocar a melhoria da qualidade de vida no concelho de Alpiarça, como objectivo principal da sua intervenção.

A equipa que hoje conduz os destinos de Alpiarça é constituída por profissionais em sectores de actividade diversa, com provas dadas, que aceitaram este desafio porque acreditam que os alpiarcenses merecem continuar no caminho do desenvolvimento. O desenvolvimento desejado e tão adiado até há 5 anos, quando o Dr. Rosa do Céu assumiu a responsabilidade de conduzir os destinos deste concelho.

Quem passa hoje em Alpiarça, verifica de imediato que a imagem deste concelho se transformou radicalmente nestes anos; o saldo é francamente positivo.

Temos hoje uma vila tranquila e uma vida de qualidade.

Não quero deixar de salientar o meritório trabalho que o executivo camarário tem levado a cabo em condições adversas e a excelente colaboração que tem existido com o executivo da freguesia.

Assembleia Municipal de Alpiarça

Mas ainda continua a haver quem faça crítica gratuita, ao trabalho desenvolvido.

Os nossos opositores têm-nos criticado incessantemente, à esquerda e à direita.

Uns porque tiveram a oportunidade e não souberam em mais de 20 anos tornar este concelho naquilo em que nós o transformámos, apenas em 5 anos.

Outros porque, nos argumentos que utilizam revelam um desconhecimento absoluto do que é gerir uma autarquia.

Ainda recentemente durante um almoço onde estiveram altos representantes do governo, fomos acusados de desgoverno, com Alpiarça “praticamente parada no tempo”, com “ má gestão de dinheiros públicos”. É caso para dizer, como já alguém escreveu, que “ só não vê, quem não quer”.

Mais recentemente ainda, um comunicado acusava o executivo camarário de “precipitação e irresponsabilidade”, relativamente à questão da ETAR intermunicipal.

-“Esqueceram-se” nesse comunicado de referir que o projecto desta ETAR foi herdado da gestão da CDU na Câmara de Alpiarça;

-“esqueceram-se” de dizer que a proposta de construir a ETAR num terreno da Agro-Alpiarça, foi inviabilizada pelo Ministério do Ambiente e não pelo presidente da Câmara de Alpiarça;

-“esqueceram-se” de dizer que durante o mandato da CDU a população nunca foi ouvida quanto à respectiva localização e que foi preciso uma tomada de posição dos habitantes do Frade de Baixo, para desistirem da sua construção em terrenos que por acaso são do mesmo proprietário; afinal também negociaram com ele.

-“esqueceram-se” de dizer que por erros alheios, foi necessário repôr o anterior terreno no Frade de Baixo e pagar muito caro para ser possível instalar esta ETAR, não aquela que desejaríamos. É caso para perguntar: a quem querem ainda enganar.

-“esqueceram-se” de dizer que a ETAR poderia ter sido construída num terreno com cerca de 2 hectares, se a gestão autárquica de então tivesse escolhido um sistema de tratamento alternativo ao que está em funcionamento, enfim foi mais uma herança pesada e leviana que nos foi legada.

Mas como a população tem memória, sabe que antes da sua construção, ainda durante a campanha eleitoral de 1997, antes do PS ganhar as eleições autárquicas em Alpiarça, manifestámos publicamente a nossa oposição ao modelo escolhido. Logo a seguir às eleições fizemos todos os esforços possíveis, no sentido de inverter a escolha; tal não foi possível, em termos do Quadro Comunitário de Apoio; ou era aquela ETAR,

Assembleia Municipal de Alpiarça

ou ficámos sem nenhuma e, ainda recentemente em sede de Assembleia Municipal, mais uma vez a nossa preocupação foi assumida.

Em sede de assembleia municipal, muitos dos assuntos de ambiente são tratados; não só a questão da ETAR, mas também a questão dos resíduos sólidos urbanos e do seu aterro, etc.

Pena é que a população não assista às sessões e existam tentativas de a manter desinformada, mas os alpiarcenses são gente de bem que sabe reconhecer quem trabalha em prol da melhoria deste concelho e das suas gentes.

Nós não fazemos demagogia.

Apesar de tantas irregularidades, demonstradas nomeadamente em relatório da Inspeção Geral de Finanças elaborado em 1998, após 5 anos de mandato da actual maioria, Alpiarça mudou, mudou muito e para melhor, e isso é inaceitável para alguns.

E isto não são questões de estilo ou pormenor, são realidades que diariamente os alpiarcenses sentem e agradecem.

Os alpiarcenses em geral e os mais jovens em especial, têm direito a uma Alpiarça moderna, próspera e onde seja possível e agradável viver.

Porque os alpiarcenses merecem mais e melhor, a equipa que hoje conduz os destinos de Alpiarça, vai continuar a trabalhar honestamente, no sentido de melhorar cada vez mais o nosso concelho, apesar da contenção de despesas a que temos sido forçados.

Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que em 2005, Alpiarça seja um concelho ainda mais atractivo, mais desenvolvido, mais próspero.

Alpiarça é a razão.

Só com o desenvolvimento desejado, é possível construirmos um Portugal mais livre, mais democrático, mais justo, mais fraterno, mais tolerante, mais solidário.

Mas para que seja possível viver diariamente o 25 de Abril é preciso que cada um seja livre de emitir as suas opiniões sem correntes que amarrem a liberdade do pensamento; sem calúnias e mentiras; enfim, sem que interfira na liberdade dos nossos semelhantes.

É preciso que permitam aos nossos filhos poderem orgulhar-se da honestidade das nossas palavras e dos nossos actos.

Faço votos mais uma vez, para que, a Assembleia Municipal possa constituir um lugar de encontro, reflexão e discussão construtiva e que, em colaboração com os

Assembleia Municipal de Alpiarça

restantes órgãos do município, seja desenvolvido o trabalho que a população do concelho de Alpiarça merece e deseja.

Alpiarça é a nossa razão.

Só assim poderemos dizer 25 de Abril, sempre .

Viva Alpiarça.

Viva Portugal.

Viva o 25 de Abril.”

Em seguida deu a palavra à bancada da CDU, que através da eleita Vitória Maria Lopes de Faria Brito, proferiu o respectivo discurso:

“Assembleia Municipal de Alpiarça

Estamos hoje aqui reunidos em sessão solene da Assembleia Municipal de Alpiarça para comemorar o dia 25 de Abril de 1974, o Dia da Liberdade, o dia de uma libertação que tardava, um dia cujo simbolismo invadiu para sempre o nosso imaginário colectivo e determinou o novo regime democrático que dele nasceu em Portugal.

Faz esta madrugada vinte e nove anos. Tantos quanto a idade de muitos dos jovens que o prepararam e nele tiveram uma participação destacada – fossem eles capitão, soldado, mas também operário, artista ou camponês -, e que culminou no derrube de uma ditadura, velha e podre, de décadas, a que chamaram salazarismo, estado-novo, marcelismo, fascismo, mas cuja natureza, fosse qual fosse o seu verdadeiro nome, foi sempre o medo, a fome e a miséria, a guerra, a desigualdade e a opressão.

Esta ditadura e os donos deste país não gostavam do povo que habitava Portugal. Não gostavam dos pobres, embora a sua existência fosse a grande obra do regime, o resultado de um conjunto de visões retrógradas de mentes tacanhas e de interesses muito privados. Não gostavam dos homens nem das mulheres portuguesas que obrigavam a trabalhar de sol a sol e a quem depois pagavam com um mísero salário que não lhes saciava a fome nem a sede de justiça.

Qualquer que fosse o seu verdadeiro nome, esta ditadura não gostava das crianças deste país, a quem não queria educar, porque os seus corpos eram pequenos e magros, mas o trabalho que faziam, esse, era grande e o lucro que davam ao patrão era ainda maior. E para quê instruí-los se o saber e o conhecimento só poderiam trazer consigo a consciência da sua própria exploração e desenvolver ainda mais as ideias subversivas que os pais e avós já se atreviam a espalhar.

Mas não gostava especialmente dos seus jovens, que obrigava a emigrar ou então a combater em guerras distantes, a morrer ou a matar outros seres humanos em estranhos lugares de uma África que diziam ser nossa, mas que apenas tinha em comum com Portugal o mesmo desejo de Liberdade dos seus povos. Por esse desejo de Liberdade e Independência eram maltratados com uma crueldade acrescida.

Era este o estado a que se tinha chegado em 1974. A que Portugal tinha chegado e não dava mostras de mudar, havia já um longo meio século.

Mas este povo que habitava Portugal, as suas aldeias, vilas e cidades, que vivia entre vinhas, sobredos e vales, socalcos, searas, serras e atalhos, veredas, lezírias e praias claras, o povo que, como disse o poeta, se debruçava como um vime de tristeza sobre um rio onde mirava a sua própria pobreza, não podia deixar-se vencer e humilhar em vão. E daí as lutas.

Durante décadas, a população de Alpiarça foi adquirindo uma consciência clara da situação injusta em que vivia, e deu passos importantes para uma libertação lenta, mas gradual, que se traduziu num conjunto de conquistas – os aumentos salariais e a redução do horário de trabalho agrícola, entre outras – cujo significado vai muito mais além da ligeira melhoria das condições de vida dos trabalhadores: conferiu ao povo de Alpiarça um orgulho e uma dignidade que o ajudou a suportar, de cabeça levantada, a exploração e as privações em que o obrigavam a viver.

E daí os pides, as perseguições e a clandestinidade, as prisões, a tortura e a chantagem. Mas também sempre a resistência e a revolta. E a Revolução.

Vinte e nove anos era então a idade de um capitão sem medo da História, de Capitães de Abril, que sentindo o pulsar do povo se levantaram na noite e assumiram a gigantesca tarefa de acordar um país inteiro - um país que era vários países diferentes - para esta madrugada nova, para o dia inicial, inteiro e limpo, há tanto tempo esperado.

Estes oficiais e estes soldados que saíram dos quartéis com a missão das suas vidas (das nossas vidas) para cumprir eram jovens, simbolizavam o futuro que aí vinha. Um futuro que começou a ser celebrado com flores, e com a genuína alegria de todos os que aquela madrugada veio finalmente libertar. Com a alegria dos povos que, após séculos de humilhação, descobriam o gosto da independência e tinham a possibilidade de chamar sua à terra onde nasceram e que amavam.

Por todo o país se viveu uma alegria indescritível. Também aqui, em Alpiarça, a Liberdade nascida com o 25 de Abril de 1974 foi sentida como o resultado inevitável de

décadas de lutas e de sofrimentos, momento de proceder às transformações necessárias ao progresso e à justiça social.

Foi tempo de construir a Democracia, de instituir o Poder Local democrático nascente e realizar profundas transformações estruturais no concelho, no sentido de melhorar as condições de vida da população. Foi o período da Reforma Agrária e do pleno emprego, de animação das colectividades, da dinamização cultural e desportiva, do orgulho reencontrado. Este foi um processo contínuo e em grande parte unitário, no qual participaram muitos alpiarçenses que deram o melhor de si, porque convictos de ideais que Abril tornou imperativos. Foram períodos naturalmente complexos, mas a cuja riqueza histórica será ainda feita justiça.

Mas comemorar hoje o 25 de Abril é estar alerta, é sobretudo lutar em defesa das suas conquistas expressas na Constituição da República Portuguesa. É defender na prática, no dia a dia, os valores da Liberdade de expressão, de associação política e sindical, os direitos dos trabalhadores, contra todos os que os querem negar. É afirmar o seu valor fundamental, perspectivando uma visão profunda da Democracia contra o entendimento apenas formal, e por vezes instrumentalizado, que dela fazem todos os que procuram na exclusão dos direitos dos outros a afirmação dos seus interesses particulares.

Lembrar hoje o 25 de Abril é também denunciar os ataques à Democracia que então foi instaurada, e as tentativas óbvias de fazer regredir os direitos de cidadania duramente conquistados ao longo de séculos. Lembrar Abril é lutar contra uma lógica neoliberal que se instala em força e avança sobre nós, assumindo várias formas aparentemente dissociadas mas convergentes: a globalização, o novo código do trabalho, a nova lei dos partidos, a censura (velha mas sempre útil aos poderes) e a guerra.

Os valores da Democracia e da Liberdade, os Direitos dos Trabalhadores, a sua capacidade reivindicativa, a participação democrática na gestão dos assuntos públicos são os alvos preferenciais desta ofensiva. O objectivo fundamental é desarmar toda e qualquer forma de resistência ao total domínio de poucos sobre muitos, resultando na apropriação ilegítima do que é comum, do que é de todos nós, pelos interesses de um reduzido número de ricos.

Comemorar o 25 de Abril neste início de um novo milénio é acusar a falsidade e os eufemismos que nos apresentam – a ideia de que não existem alternativas -, e propor

um modelo de desenvolvimento económico e de progresso social que assente na valorização e dignificação do trabalho, na inovação tecnológica. Esta será a única forma de aumentar a produtividade e afastar Portugal do modelo de baixos salários, de precariedade, da flexibilidade e do desemprego que tem sido a política dos últimos governos e que o novo código do trabalho agrava perigosamente para quem trabalha e para o futuro do país.

Comemorar Abril é estar alerta às tentativas óbvias de reescrever o passado, é defender um rico património cultural e político de luta e de resistência contra a opressão, que Alpiarça deve assumir com orgulho, porque colocado ao serviço da Liberdade. Por isso, a substituição no Casalinho dos nomes da rua da Liberdade e da rua de Catarina Eufémia, não é mais que um atentado aos melhores valores que Abril representa – e que possam ser facilmente alterados por um qualquer poder conjuntural –, mas deve ser entendido como a afirmação de um valor absoluto, conquistado com sofrimento, com o suor e o sangue dos portugueses. É uma herança do 25 de Abril e um património que em Alpiarça deveria ser, pelo menos por respeito a quem o merece, intocável.

A quem orgulhará, em Alpiarça, para além dos autores do acto, a homenagem perpetuada ao General António Spínola, com a atribuição do seu nome a uma rua de Alpiarça? Onde está o respeito pela população anti-fascista desta terra?

Relembrar a Revolução dos Cravos é também manifestar a revolta e o protesto perante todos os ataques à Liberdade de expressão, uma das suas conquistas mais importantes, e denunciar as contradições entre discursos formais sobre os valores democráticos e uma prática política efectiva que os nega, que procura limitar o direito de afirmação de ideias e posições públicas de outras forças políticas, principalmente da CDU e do Partido Comunista Português.

Defender os ideais de Abril é dizer não aos incitamentos insensatos à censura e ao silenciamento das opiniões divergentes que de novo se insinuam aos alpiarcenses, denunciando a verdadeira face de novos poderes. O nosso entendimento da Democracia exige que um jornal local, em Alpiarça como em qualquer outro sítio, seja veículo das diversas opiniões dos cidadãos, e demonstre um igual tratamento jornalístico das diferentes forças políticas.

Na nossa interpretação da Democracia é ilegítima a tentativa de fazer confundir publicidade comercial com propaganda política, limitando a possibilidade de expressão

livre de ideias e de posições políticas.

Comemorar o 25 de Abril no início de um novo milénio é honrar o património de lutas e realizações do passado, projectando no futuro os seus valores e ideais de construção de uma sociedade progressista, mais justa, de uma Democracia avançada onde se inscreva como objectivo fundamental a dignificação do trabalho e da pessoa humana. É ter presente, em todos os momentos da construção desse nosso futuro colectivo, a ideia que simboliza a esperança:

25 de Abril Sempre.

Viva o 25 de Abril”.

Seguidamente tomou a palavra a eleita Sónia Isabel Sanfona Mendes em representação da bancada do PS, apresentando o respectivo discurso:

“Exm^a Sr^a Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça

Exm^o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça

Exm^o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça

Exm^{os} Senhores Membros da Assembleia Municipal de Alpiarça

Exm^{os} Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Alpiarça

Exm^{os} Senhores Membros da Assembleia de Freguesia

Caras e Caros Alpiarcences

Neste momento solene, cabe-me a honra de me dirigir a todos os Alpiarcences, em nome da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alpiarça.

Cumpre, nesta data, homenagear Abril.

Há 29 e nove anos, em vésperas do dia 25 de Abril, Portugal era um país verdadeiramente anacrónico. Último Império colonial do mundo ocidental, travava uma guerra em três frentes africanas, solidamente apoiadas pelo Terceiro Mundo, e fazia face a sucessivas condenações nas Nações Unidas e à incomodidade dos seus tradicionais aliados.

Para os jovens de hoje será talvez difícil imaginar o que era viver neste Portugal de há quase trinta anos, onde era rara a família que não tinha um pai ou um filho a combater em África, o serviço militar durava quatro anos, a expressão pública de opiniões contra o regime e contra a guerra era severamente reprimida pelos aparelhos censório e policial, os partidos e os movimentos políticos se encontravam proibidos, as prisões políticas cheias à custa dos infames Tribunais Plenários, os líderes oposicionistas exilados, afastados compulsivamente da sua pátria e privados do

exercício normal da sua cidadania, os sindicatos fortemente controlados e praticamente inoperantes, a greve interdita, o despedimento facilitado, a vida cultural apertadamente vigiada.

Era um Portugal perfeitamente amordaçado, onde a informação e as formas de expressão artísticas e culturais se encontravam sujeitas a uma censura inqualificável, que actuava previamente e que abrangia a imprensa, o cinema, o teatro, as artes plásticas, a música e a escrita, levada a cabo por um regime caduco e putrefacto.

A anestesia a que o povo português esteve sujeito décadas a fio, mau grado os esforços denodados das elites oposicionistas, a par das injustiças sociais agravadas e do persistente atraso económico e cultural, num contexto que contribuía para a identificação entre o regime ditatorial e o próprio modelo de desenvolvimento capitalista, são, em grande parte responsáveis pela verdadeira euforia revolucionária que se viveu a seguir ao 25 de Abril de 1974, durante a qual Portugal tentou viver as décadas de história europeia de que se vira até então privado pelo regime ditatorial. (Como bem retractou António Reis in “Portugal – 20 Anos de Democracia”).

Mercê da vontade e bravura dos militares envolvidos, suportadas pela insatisfação da sociedade civil, manifestada na coragem e na determinação de todos aqueles que, antes de 1974, lutaram e se sacrificaram pelos valores da liberdade, da fraternidade e da solidariedade, valores que souberam honrar e defender, no dia 25 de Abril de 1974, pelas 00h.20m, a transmissão, pela Rádio Renascença de “Grandôla Vila Morena” de José Afonso, constituiu a senha escolhida pelo MFA como sinal confirmativo de que as operações militares se encontravam em marcha e eram irreversíveis, e a revolução estava na rua.

Sob a mestria, a coragem a lealdade e a generosidade do jovem capitão Salgueiro Maia, que será para sempre lembrado, nas palavras de Manuel Alegre:

“por isso ficarás como quem vem
dar outro rosto ao rosto da cidade
diz-se o teu nome e saís de Santarém
Trazendo a espada e a flor da liberdade”
marchámos rumo a Lisboa e quebrámos as amarras.

Daquela madrugada libertadora brotou no povo português a consciência de uma nova realidade, a da liberdade, e perfeitamente embevecido, o povo demonstrou que assumia integralmente, e saiu para a rua numa manifestação de contornos ímpares, que

teve lugar no dia 1º de Maio de 1974 em Lisboa, onde estiveram cerca de 500.000 pessoas.

E então Abril cumpriu-se.

Cumpriu-se na Liberdade que nos deu em todas as suas vertentes, na Democracia que instaurou e que permitiu, na Paz que nos concedeu.

Mas Abril não se cumpriu num dia. Foi necessário tempo, empenho, coragem e sacrifícios de muitas pessoas para construir um país diferente, onde Liberdade, Democracia e Solidariedade deixassem de ser meros conceitos.

E Portugal encetou um longo caminho rumo à Liberdade de expressão, à garantia dos direitos humanos, cívicos e políticos dos cidadãos, à conquista do seu espaço na Europa e no mundo.

E constituíram-se partidos políticos e associações, pôs-se fim à guerra colonial que devassou quer as famílias portuguesas quer a imagem de Portugal no mundo, garantiram-se os direitos económicos, jurídicos e sociais dos cidadãos fazendo-os constar da Constituição da República, estabeleceu-se a liberdade de expressão, fixou-se o salário mínimo nacional, reviram-se os modelos dos contratos de trabalho, o casamento e o divórcio passaram a ser livres.

Tiveram lugar inúmeras transformações no papel da mulher na organização da família e no mercado de trabalho, permitindo que esta reinventasse o seu lugar na sociedade e seja hoje reconhecida como cidadã de plenos direitos. Foram-lhe concedidos os direitos de livre acesso a todas as profissões, de voto, a ter contas bancárias, a possuir passaporte e a poder circular livremente, direitos que contribuíram inelutavelmente para a sua dignificação e para o reconhecimento do seu contributo imprescindível para a construção de um Portugal melhor.

Os jovens passaram a ter direito ao ensino, desapareceram as escolas de “livros únicos”, aboliram-se as certidões de bom comportamento moral e cívico e as informações policiais necessárias à obtenção de determinados empregos.

Em pouco mais de uma década, Portugal e os portugueses tiveram de se habituar a viver em democracia.

Mas na verdade, ao longo destes trinta anos, Abril cumpriu-se e incumpriu-se, numa alternância “sui generis” e de contornos preocupantes.

É que, com a Liberdade veio a responsabilidade, os direitos, até então praticamente inexistentes, passaram a conjugar-se com os deveres, a democracia trouxe

o debate mas também a contradição, a igualdade permitiu o reconhecimento da diversidade, e nem sempre, hoje mais do que nunca, o país assumiu a sua nova condição.

Abril cumpriu-se na vertente política, com a legalização dos partidos e das associações, com a liberdade de expressar opiniões, com a possibilidade de apontar erros, com o livre estabelecimento de novas visões estratégicas, mas incumpriu-se com a adopção de uma forma de estar na política destrutiva e pouco ética, com a tentação de hegemonias e totalitarismos, com o debate político demagógico e falacioso, com a falta de rigor e de transparência, com a tentativa de imposição a todos da vontade de um.

Abril cumpriu-se a nível social, com a consagração de direitos aos trabalhadores, com o reconhecimento do papel da mulher na sociedade, com o estabelecimento do direito ao ensino, com a liberdade de expressão, com a abolição dos famigerados tribunais plenários e uma nova concepção da justiça, com a mudança de mentalidades e comportamentos, mas incumpriu-se com a reiterada restrição aos direitos então concedidos, de que é hoje exemplo o projecto do novo Código do Trabalho, com os comportamentos abusivos relativamente a determinadas liberdades, quase sempre conducentes à formulação antecipada de precipitados juízos de valor sobre os outros, que de uma forma despuorada e irresponsável, afectam as suas vidas muitas vezes de forma irreparável, com a falta de respeito pelas liberdades de cada um, com a existência de uma justiça lenta e perfeitamente caótica que conduz irremediavelmente, quer ao aumento da criminalidade com consequências gravosas ao nível da segurança dos cidadãos, quer a uma justiça que, tardando, se mostra muitas vezes de nenhum efeito ou de efeito contrário ao pretendido.

Abril cumpriu-se a nível económico, com o estabelecimento do salário mínimo nacional, com a aprendizagem acelerada de convivência e participação num espaço trans – nacional, com a integração no espaço europeu, com um processo de ajustamento modernizante de valores, estruturas, atitudes e comportamentos, com o abandono do protecção e condicionamento a nível económico que constituíram quase sempre a regra, mas incumpriu-se com os incessantes atropelos à livre iniciativa, com os constantes constrangimentos às economias locais, com a falta de apoio e protecção à actividade empresarial, com o cada vez mais apertado cerco às autarquias locais, que constituem o mais importante polo de desenvolvimento do país, e cujo trabalho e esforço para além de não ser compensado é muitas vezes penalizado, encontrando-se

hoje, mais do que nunca, numa situação de perfeita adversidade.

Abril cumpriu-se e incumpriu-se.

Manuel Alegre soube como poucos, nas suas sábias palavras reflectir este antagonismo, no seu poema “Abril de sim, Abril de não”:

Eu vi Abril por fora, Abril por dentro

Vi o Abril que foi e o Abril de agora

Eu vi Abril em festa e Abril lamento

Abril como quem ri como quem chora.

Eu vi chorar Abril e Abril partir

Vi o Abril de sim e o Abril de não

Abril que já não é Abril por vir

E como tudo o mais contradição.

Vi o Abril que ganha e Abril que perde

Abril que foi Abril e o que não foi

Eu vi Abril de ser e de não ser.

Abril de Abril vestido (Abril tão verde)

Abril de Abril despido (Abril que dói)

Abril já feito. E ainda por fazer.

Abril cumpre-se diariamente no nosso quotidiano, nos nossos locais de trabalho, nos locais de lazer, em casa e na rua, com a defesa dos direitos de todos e para todos, com a assumpção das responsabilidades, com o respeito pela memória, com diversidade de opiniões, com crítica construtiva, com uma cidadania participada e integralmente assumida, com a ética no convívio, com a transparência no comportamento, com exercício responsável da liberdade arduamente conquistada.

E nesta simbólica mas sentida homenagem a Abril, porque temos memória e respeito, por aqueles que com prejuízo de si mesmos e das suas famílias, e correndo riscos para a sua integridade e a própria vida, tiveram a coragem de lutar nas condições mais adversas para que hoje vivamos num país livre, Democrático e Fraternal, não podemos deixar de homenagear também e sobretudo as valorosas gentes de Alpiarça, que de uma forma abenegada lutaram corajosamente pela conquista da Liberdade.

Apesar do contra-senso que constituiu a verdadeira fúria revolucionária que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, vivida intensamente no verão de 1975, com o atropelo devassador às liberdades e direitos recentemente conquistadas, com tentações

hegemonistas e totalitárias que causaram o pânico de boa parte da sociedade civil, e visaram claudicagem das verdadeiras conquistas de Abril, os valores da Liberdade, da Solidariedade e da Fraternidade vingaram, e Alpiarça é hoje exemplo da permanência destes valores, que o seu povo soube conquistar, manter e honrar.

A nossa vila é hoje um exemplo de desenvolvimento, de modernidade e de solidariedade, mercê do trabalho, da abnegação, da dedicação e da visão de futuro de alguns, porque outros se limitaram e se limitam a optar pela estagnação, pelo conflito gratuito, pela reiterada perda de oportunidades, pela política baixa e sem escrúpulos e pela falta de projectos.

E são aqueles, os que amam a sua terra e lutam e trabalham diariamente por ela e para ela, que fazem cumprir os ideais de Abril, e que merecem o reconhecimento da população e a homenagem de todos nós.

A nossa homenagem é portanto extensiva ao actual executivo camarário e à equipa que com este trabalha na persecução de um futuro melhor para a nossa terra e para a sua população e na concretização do projecto de modernidade, de desenvolvimento e de solidariedade que ousadamente sonharam, e que apresentaram a sufrágio dos Alpiarcenses tendo, merecidamente, recebido o seu esmagador apoio.

A equipa que hoje dirige os destinos de Alpiarça demonstrou ver para além do óbvio, saber reconhecer oportunidades e adaptar-se às constantes mudanças. Sabe agir com ponderação e com decisão, e estes são princípios que não conhecem fronteiras no espaço ou no tempo.

Alpiarcenses, acarinhemos pois os valores de Abril, sejamos capazes de manter o espírito que Abril nos trouxe e saibamos sempre, no respeito pelos outros, pela sua diversidade, pela sua opinião, viver a liberdade que tanto sofremos para conquistar.

Viva o 25 de Abril.

Viva a Alpiarça.”

Finalmente, tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que também proferiu um discurso alusivo à data em comemoração:

“Exm^a Senhora Presidente da Assembleia Municipal

Colegas Autarcas

Alpiarcenses

Há 29 anos atrás, por esta hora, jovens militares centravam todas as suas energias para o que é a mais nobre tarefa de um militar – Devolver a Liberdade a um Povo.

Assembleia Municipal de Alpiarça

Um desses jovens – Salgueiro Maia - que a morte levou prematuramente teve oportunidade de , posteriormente, referir o seguinte :

“Quem viveu as consequências da luta pela conquista da liberdade tem obrigação de transmitir, aos que tendo nascido em liberdade, lhe não sentem a falta, o que foi esse tempo”.

Estas palavras sábias de Salgueiro Maia são , concerteza, uma razão importante para que todos os anos relembremos e comemoemos o que foi essa jornada heróica.

Portugal era, antes de 25 de Abril de 1974, um País completamente diferente do que é hoje.

Era um País que enviava os seus jovens para uma guerra injusta em África, donde muitos voltaram em caixas de pinho.

Era um País onde não havia liberdade de expressão, nem de manifestação.

Era um País onde as pessoas eram condenadas por terem a veleidade de pensar de forma diferente do poder político instalado.

Como deve ser difícil, para quem nasceu em liberdade, entender tal País tão diferente e, felizmente, já tão distante.

Hoje, na noite de 24 de Abril de 2003, comemoramos a conquista da liberdade a partir de um local que é, também ele, um símbolo dessa nobreza – A Casa dos Patudos.

Nesta casa residiu José Relvas. Um homem que numa outra época também deu o melhor de si à luta pela conquista da liberdade.

José Relvas foi uma das figuras mais marcantes na implantação da Republica.

Foi ele que em 1910 teve a honra, de , a partir, da varanda da Câmara Municipal de Lisboa gritar para todo o Portugal : Viva a República.

Alpiarça tem a felicidade de Ter tido na sua história tão ilustre personagem.

Alpiarça tem a felicidade de possuir o vasto património doado por José Relvas, e de poder evocar, a partir da que foi a sua residência, o valor mais nobre da civilização humana : a Liberdade.

Alpiarcenses

E porque só é digno da liberdade quem todos os dias a conquista, nunca será demais evocar o que foi esse percurso heróico do povo português, pela sua conquista.

Percurso que teve milhares de protagonistas mas que foi materializado por um grupo heróico de jovens militares . Relembremos um pouco desse caminho para a conquista da liberdade :

Assembleia Municipal de Alpiarça

9 de Setembro de 1973

Tem lugar uma reunião clandestina de capitães das Forças Armadas no Monte Sobral, em Alcáçovas no decorrer da qual nasceu, formalmente, o MFA.

22 de Fevereiro de 1974

Publicação do livro Portugal e o Futuro, da autoria do General António de Spínola, onde se defendia uma solução política, e não militar, para a guerra colonial.

5 de Março de 1974

Reunião coordenadora do MFA aprova o primeiro documento contra a guerra colonial, elaborado pelo Major Melo Antunes.

14 de Março de 1974

O Governo de então demitiu os generais António de Spínola e Costa Gomes dos cargos de Chefe e Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. Esta demissão fez acelerar a preparação do movimento para o derrube do regime.

16 de Março de 1974

Tentativa de golpe militar. Só o Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha marchou sobre Lisboa. O golpe falhou e foram presos cerca de 200 militares.

Nos dias que se seguiram um jovem Tenente, com 25 anos de idade,- Marques Júnior - ouvia a namorada dizer-lhe : “ Não sei em que é que andas metido . Mas se é no que eu estou a pensar só tens duas soluções : Ou te juntas aos teus camaradas que estão presos, ou arranjas maneira de os libertar “

24 de março de 1974

Ultima reunião clandestina do MFA, na qual foi decidido o derrube do regime.

24 de Abril de 1974

O Jornal A Republica chama a atenção dos leitores para a emissão do Programa Limite, dessa noite, na Rádio Renascença.

Esta era a noite onde não podia haver lugar para o medo. Era a noite mais nobre, de todas as noites que se seguiram.

Pelas 22 horas :

Otelo Saraiva de Carvalho e outros cinco oficiais instalam-se no Posto de Comando do MFA, no Regimento de Engenharia 1 na Pontinha.

Às 22.55 horas :

Os Emissores Associados de Lisboa põem no ar a canção “E Depois do Adeus “, interpretada por Paulo de Carvalho – Iniciavam-se as operações para o derrube do

Assembleia Municipal de Alpiarça

Regime.

25 de Abril – 00.20 horas :

O Programa Limite, da Rádio Renascença, transmite a canção “ Grândola Vila Morena “, de José Afonso – Este foi o sinal de que as operações estavam em marcha e que já não havia retrocesso possível.

25 de Abril – 19.30 horas :

Dá-se a rendição de Marcelo Caetano, primeiro ministro á altura.

26 de Abril de 1974 :

O General Spínola é designado Presidente da Republica.

O MFA tinha saído vencedor - A Liberdade estava reconquistada e Portugal iniciava o percurso de criação de um regime democrático.

Mas a implementação da democracia, tal como a conhecemos hoje, não foi fácil.

Passada a euforia dos primeiros dias de vida em liberdade novos apetites totalitários apareceram - A Liberdade arduamente conquistada voltou a ser colocada em perigo e tinha que ser defendida e preservada.

Alpiarçenses

Liberdade é, também, exigência de verdade.

A verdade histórica que não deve ser esquecida e que não se deve tentar apagar. Assumir a história é condição indispensável para quem se anuncia como ser livre.

A época mais marcante desta nova luta ficou conhecida nos anais da história contemporânea portuguesa pela designação de Verão Quente de 1975.

Foram muitos os actos e as datas que marcaram esta nova fase que atravessou o final do ano de 1974 e quase todo o ano de 1975.

Relembremos os últimos acontecimentos :

12 de Novembro de 1975 :

Uma manifestação de trabalhadores da construção civil cercou o Palácio de S.Bento sequestrando os Deputados.

Manhã de 25 de Novembro de 1975 :

Pára-quedistas da Base Escola de Tancos ocuparam o Comando da Região Aérea de Monsanto e mais seis bases aéreas.

Este acto foi o indício da preparação de um golpe militar que envolvia partidos políticos que se opunham a uma solução democrática para Portugal.

Recentemente o General Ramalho Eanes referindo-se à sua participação nos

Assembleia Municipal de Alpiarça

acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 e, em resposta aos que o acusaram de ter acabado com a revolução iniciada em 25 de Abril de 1974, contrapôs dizendo :

“ O que fizemos foi abortar uma tentativa de impor ao País uma nova ditadura “.

E precisou :

“ A vontade dos portugueses não podia ser substituída pelo “ juízo de alguns “.

As ditaduras são como os terrorismos. Nunca há uma boa “.

Alpiarcenses :

Este foi também o dia em que em Alpiarça corria “ à boca cheia “ a existência de uma lista de conterrâneos nossos que deveriam ser eliminados fisicamente, porque o perfil do seu pensamento não correspondia á que era a vontade dos adeptos de novas práticas totalitárias.

Tarde de 25 de Novembro de 1975 :

Militares do Regimento de Comandos da Amadora cercaram o Comando da Região Aérea de Monsanto.

Noite de 25 de Novembro de 1975 :

O Presidente da Republica decretou o Estado de Sítio na Região de Lisboa. Os militares envolvidos na tentativa de golpe foram presos.

26 de Novembro de 1975:

Os militares do Regimento de Comandos da Amadora atacaram um dos Regimentos sublevados – Policia Militar. Houve vitimas mortais dos dois lados.

27 de Novembro de 1975:

O General Ramalho Eanes é designado Chefe do Estado Maior do Exército.

28 de Novembro de 1975:

O VI Governo Provisório, que se encontrava suspenso, retoma funções e o País reinicia o processo de consolidação da democracia, que teve como acto mais marcante a aprovação, em 2 de Abril de 1976 , da Constituição da Republica Portuguesa.

25 de Abril de 1976

– 2 anos após a conquista da liberdade – têm lugar as primeiras Eleições Legislativas na sequência das quais o primeiro Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, tomou posse.

A democracia tinha vencido . A Liberdade tinha sobrevivido.

Alpiarcenses

A vigilância e o combate contra os que pretendiam um regime totalitário,

teoricamente de características diferentes, teve sucesso.

A liberdade arduamente conquistada em 25 de Abril de 1974 não sucumbiu. Está viva e reforça-se em cada dia .

Em cada dia em que o desígnio do desenvolvimento colectivo se aprofunda, contra desejos secretos e praticas, a coberto do anonimato, dos saudosistas das práticas totalitárias.

É que as ditaduras são todas iguais. Podem cocar-lhes etiquetas de esquerda ou de direita – mas elas são sempre a apropriação indevida da Liberdade por parte de uma nomenclatura que se apodera do poder que apenas ao povo pertence.

Caras e Caros Colegas Autarcas

Alpiarcenses

Portugal iniciou em Abril de 1974 e garantiu , a partir de Novembro de 1975, um percurso onde a liberdade de escolha, por parte dos cidadãos, passou a ser determinante.

Hoje vivemos numa democracia consolidada e os desafios que se nos colocam são muito exigentes. A evocação da memória é importante mas não nos podemos quedar por aí.

O aprofundamento da democracia obriga-nos a lutar, permanentemente, contra a passividade e o conformismo. E nesta prática é essencial o papel activo das novas gerações.

A exigência do presente é a de lutar por um País desenvolvido, no contexto da nossa opção europeia.

Um opção que foi sonhada por seres de eleição, como foram Robert Shuman ou Jean Monet e que soube garantir a paz num espaço europeu, que tinha sido, antes, dilacerado por guerras fratricidas.

Uma opção que foi e é decisiva na procura de um mundo mais justo.

Um mundo onde a matriz da convergência dê prioridade absoluta à garantia da paz, mas também á promoção da melhoria das condições de vida, à educação e ao combate á exclusão social.

É este novo Portugal que temos vindo a criar e para o qual devemos dirigir todas as energias, num combate que é de geração.

Tem que ser assim no País, tem que ser assim em Alpiarça.

Na nossa Alpiarça , que amamos e queremos ver desenvolvida.

Assembleia Municipal de Alpiarça

Numa luta constante contra os saudosistas das vivências totalitárias,
contra os saudosistas das denúncias anónimas,
contra os militantes do boato e da intriga,
contra os saudosistas das vigilâncias populares, tuteladas quer por organizações
pidescas, quer por aparelhos partidários,

Contra os adeptos da mediocridade ,

Que as novas gerações assumam este desígnio.

Que não desanimem perante as dificuldades.

Que se lembrem, sempre, que os cravos de Abril são um símbolo da esperança
que se alimenta de liberdade.

Que nunca deixem transformar Abril num insulto á liberdade identificando
ditadores com povos que eles nunca representaram – Sejam eles Sadam Hussein , Fidel
Castro ou outros.

Se assim for Abril será sempre um ponto de encontro para todos os que amam a
liberdade.

Alpiarcenses.

Abril, a Democracia, a Liberdade - merecem que nos empenhemos
colectivamente neste desígnio.

Nesta tarefa exigente, mas apaixonante, de termos uma pátria e uma terra
construídas pela nossa mão.

Se este for o nosso pensamento. Se esta for a nossa atitude comportamental :

Estaremos a respeitar a memória do “ Dia Inicial, Inteiro e Limpo, que Shophia
de Mello Breyner caracterizou e que Salgueiro Maia, e tantos outros amantes da
Liberdade, nos ofereceram.

Alpiarcenses

Contra a mediocridade mental e comportamental

Com coragem,

com determinação,

com a consciência tranquila de quem sabe que não traiu os que, como Salgueiro
Maia, tiveram a coragem de lutar contra toda e qualquer forma de ditadura, vamos
continuar a lutar pelo aprofundamento da democracia e do desenvolvimento

Nunca nos esqueçamos que só é digno da liberdade quem todos os dias a
conquista

Assembleia Municipal de Alpiarça

Viva o 25 de Abril

Viva a Liberdade

Viva Alpiarça.

Alpiarça 24 de Abril de 2003”

Nada mais havendo para tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

/O.C.